



ATO POLÍTICO CONTRA O PACOTE FISCAL DO GOVERNO TEMER

A crise estrutural do capitalismo tem acarretado a retirada de direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora e das camadas populares em escala mundial. A perspectiva é reduzir o custo da força de trabalho e os gastos sociais dos Estados.

Na sociedade brasileira, desde o golpe de Estado que redundou no governo Michel Temer (PMDB/PSDB/DEM), não tem sido diferente. As iniciativas para a saída da crise ampliam os lucros do grande capital à custa dos salários, direitos trabalhistas e serviços públicos. Esta é a lógica que presidiu os ataques à CLT, com a aprovação da Lei de Terceirização e da Reforma Trabalhista, e que prepara o ataque ao Sistema de Previdência e Seguridade Social do País.

Um capítulo particular desse processo é o desmonte progressivo dos serviços públicos (Federal, estaduais e municipais), conduzido em pelo menos dois planos. No primeiro, desenvolvido a médio e longo prazo, o desmonte será uma consequência da aprovação da Emenda Constitucional 95 (que estabelece contenção dos investimentos públicos da União por vinte anos), em 15 de dezembro de 2016. Essa política é espelhada por estados e municípios que têm aprovado leis equivalentes.

O desmonte progressivo dos serviços públicos também é conduzido em curto prazo por meio do pacote de ajuste fiscal do Governo Temer, com um brutal corte orçamentário vinculados às políticas e atividades sociais. Na educação, Universidades e Institutos Federais foram expostos à redução de mais de 50% dos recursos destinados a investimento e de cerca de 30% dos recursos destinados ao pagamento de obrigações correntes. Nas instituições que compõem a estrutura de Previdência Social, ocorrerá a redução do número de servidores e a eliminação de centenas de agências de atendimento aos segurados. Na ciência e tecnologia, os cortes de recursos foram da ordem de 50%.

No que tange às políticas públicas que envolvem o trabalho, em especial os cortes de recursos orientados para a sua fiscalização, registra-se o aumento: do trabalho infantil (crianças e adolescentes) e do trabalho escravo (com e sem fins de exploração sexual); do número de acidentes no trabalho (que atualmente alcança mais de 1 milhão de acidentes por ano); da discriminação nas relações de trabalho; e da jornada de trabalho exaustiva (que concorre para matar, adoecer, e elevar aumento do consumo de álcool e drogas). Os cortes dos programas orientados para jovens



trabalhadores, por sua vez, determinam a redução do número de jovens aprendizes no mercado de trabalho, com outras consequências sociais.

O desmonte progressivo dos serviços públicos também passa pelo corte de custeio das instituições, congelamento salarial, redução do número de servidores públicos e generalização da terceirização. Apesar disso, reitera-se o discurso neoliberal, massificado pelo sistema de mídia do grande capital, segundo o qual o servidor público é um trabalhador privilegiado e grande responsável pela realidade do serviço público, isto é, o servidor público reposto como bode expiatório da crise do serviço público.

O desmonte progressivo dos serviços públicos tem vários objetivos. Primeiramente, assegurar a arrecimação de recursos para o pagamento de juros do Sistema da Dívida Pública, responsável por arrebatar cerca de 45% do Orçamento Público Federal, sob contexto de desoneração fiscal em favor do grande capital. Também visa conduzir a classe trabalhadora ao sobretrabalho – jornadas duplas, horas extras, etc. –, para garantir acesso aos serviços, posto que a malha de assistência social do Estado estará mais precarizada e restringida. Esse desmonte progressivo também concorre para a ampliação do mercado de serviços para os agentes econômicos privados.

O FÓRUM GOIANO CONTRA AS REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA reforça a necessidade de que: os servidores públicos diagnostiquem, debatam e se organizem nos seus locais de trabalho; envolvam os trabalhadores e a comunidade em geral para a compreensão das determinantes da crise e desmonte progressivo do serviço público; articulem as lutas sindicais dos trabalhadores do serviço público e do setor privado; conduzam organizações e lutas sindicais articuladas com as organizações e lutas dos movimentos populares; e construam veículos de informação e mobilização da classe trabalhadora e do povo em geral na luta contra o golpe de Estado em andamento e do ataque aos direitos sociais e trabalhistas.

O FÓRUM GOIANO CONTRA AS REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA reitera a necessidade de unidade e luta dos servidores públicos, dos trabalhadores da iniciativa privada e dos movimentos populares em defesa dos serviços públicos. Nesse sentido, orienta a todas as entidades, frentes e movimentos que o integram a participar da Audiência Pública na ALEGO, que se realizará no dia 30 de junho, às 9h, onde manifestaremos repúdio ao pacote fiscal de ataque contra os Serviços e Servidores Públicos dos Governos Temer e Marconi.

**FÓRUM GOIANO CONTRA AS REFORMAS
PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA**